

Pensão por Morte no INSS: Entenda seus Direitos na União Estável



1. Introdução

A pensão por morte é um dos principais benefícios do INSS, garantindo proteção financeira aos dependentes após o falecimento do segurado. Neste artigo, você vai entender:

- Quem tem direito em casos de união estável;
- Quais documentos apresentar;
- Como é calculado o valor do benefício;
- Qual a duração da pensão.

2. Base Legal da Pensão por Morte

A pensão por morte está prevista em diversas normas:

- Constituição Federal (art. 226, §3º);
- Lei nº 8.213/1991 (arts. 74 a 79);
- Decreto nº 3.048/1999 (arts. 105 a 115);
- Lei nº 13.135/2015;
- Emenda Constitucional nº 103/2019;
- Instrução Normativa INSS nº 128/2022.

3. União Estável e Direito à Pensão

A união estável é reconhecida pela Constituição como entidade familiar. Assim, o(a) companheiro(a) sobrevivente pode receber pensão por morte, desde que apresente provas de convivência pública, contínua e duradoura, com intenção de constituir família.

Descubra como comprovar a união estável no INSS para ter direito à pensão por morte.

4. Documentos Necessários para o INSS

Segundo a IN nº 128/2022, é preciso apresentar pelo menos dois documentos contemporâneos aos últimos 24 meses antes do óbito.

Exemplos aceitos:

- Declaração de Imposto de Renda com o companheiro como dependente;
- Certidão de nascimento de filhos em comum;
- Conta bancária conjunta;
- Apólice de seguro;
- Escritura ou comprovante de residência em comum;
- Prontuários médicos indicando o companheiro como responsável.

Além disso, são exigidos documentos pessoais: RG, CPF e certidão de óbito.

Documentos para pensão por morte: saiba quais apresentar.

5. Regras de Duração da Pensão

A duração da pensão depende de três fatores:

1. Tempo de contribuição do segurado falecido;
2. Tempo de união ou casamento;
3. Idade do(a) companheiro(a) sobrevivente.

5.1 Pensão de curta duração

4 meses: quando o segurado tinha menos de 18 contribuições ou a união/casamento tinha menos de 2 anos.

5.2 Pensão variável pela idade do viúvo(a)

Se havia mais de 18 contribuições e mais de 2 anos de união:

- Menos de 21 anos → 3 anos
- 21 a 26 anos → 6 anos
- 27 a 29 anos → 10 anos
- 30 a 40 anos → 15 anos
- 41 a 43 anos → 20 anos
- A partir de 44 anos → vitalícia

5.3 Filhos e outros dependentes

- Filhos: até 21 anos, se o filho for inválido ou deficiente ele recebe pensão enquanto durar a invalidez ou deficiência.
- Pais e irmãos: só têm direito se não houver dependentes da primeira classe.

Saiba em quais casos a pensão por morte é vitalícia e quando tem prazo para acabar.

Regras de Duração da Pensão

Idade do(a) viúvo(a)	Tempo de duração da pensão
Até 20 anos	3 anos
21 a 26 anos	6 anos
27 a 29 anos	10 anos
30 a 40 anos	15 anos
41 a 43 anos	20 anos
+ de 44 anos	Vitalícia

6. Valor da Pensão (após a Reforma da Previdência)

Após a EC 103/2019, o cálculo passou a ser:

50% do valor da aposentadoria do segurado + 10% por dependente habilitado, até o máximo de 100%.

Exemplo: companheiro + 2 filhos = 50% + 30% = 80%. (ou seja 50% + 10% para a companheira e 10% para cada filho).

Valor pensão por morte INSS 2025: entenda como calcular.

7. Acumulação com Outros Benefícios

É possível acumular pensão por morte com outros benefícios, mas existem limites conforme a renda do beneficiário.

Pensão por morte pode acumular com aposentadoria?

8. Conclusão

A pensão por morte é um direito essencial para proteger a família em momento delicado.

- Na união estável, é indispensável apresentar documentos que comprovem a convivência;
- A duração e o valor do benefício variam conforme a idade, tempo de união e contribuições do segurado.

Quer saber se você tem direito à pensão por morte do INSS? Entenda as regras, veja os

documentos exigidos e converse com um advogado para receber orientação personalizada.

Saiba como funciona a pensão por morte no INSS em casos de união estável. Descubra documentos, prazos e valor do benefício.